

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2026

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes	4
Balanços patrimoniais	7
Demonstração dos resultados	8
Demonstração dos resultados abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Apresentação

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

Outras informações

A Corretora iniciou suas atividades em 1º de novembro de 2021 como intermediadora ao fluxo de renda variável dos clientes institucionais e seu plano de negócios está sendo seguido integralmente e com o acompanhamento direto da Diretoria Executiva.

Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente no *Annual Report* do *The Bank of Nova Scotia* ("BNS").

Agradecimentos

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição") em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

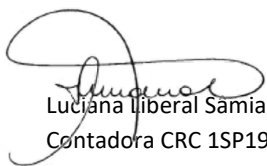
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Luciana Liberal Samia

Contadora CRC 1SP198502/O-8

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	4	30	126
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		13.086	12.239
Títulos e valores mobiliários	6	13.086	12.239
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		79	72
Títulos e valores mobiliários	6	79	72
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		161.432	88.444
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	52.100	52.419
Negociação e intermediação de valores	8	109.159	35.861
Outros ativos financeiros	9a	173	164
Outros ativos	9b	1.247	1.905
Créditos tributários	12b	2.777	1.678
Imobilizado de uso		168	42
Outras imobilizações de uso		384	238
Depreciações acumuladas		(216)	(196)
Intangível		27	106
Ativos intangíveis		797	797
Amortizações acumuladas		(770)	(691)
Total do ativo		178.846	104.612
Passivo			
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		109.060	35.825
Negociação e intermediação de valores	8	109.060	35.825
Outros passivos	10	6.682	4.522
Obrigações fiscais diferidas	12b	18	15
Patrimônio líquido		63.086	64.250
Capital social	11	60.000	60.000
Reservas de lucros		4.274	4.274
Ajustes de avaliação patrimonial		(20)	(24)
Prejuízos acumulados		(1.168)	-
Total do passivo		178.846	104.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas da intermediação financeira		4.304	3.659
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.304	3.659
Despesas da intermediação financeira		(3)	-
Operações de captação no mercado aberto		(3)	-
Resultado bruto da intermediação financeira		4.301	3.659
Outras receitas/(despesas) operacionais		(6.147)	(6.234)
Receitas de prestação de serviços	18	7.442	6.472
Despesas de pessoal	19	(9.758)	(9.370)
Outras despesas administrativas	20	(2.830)	(2.671)
Despesas tributárias	21	(932)	(809)
Outras receitas operacionais		83	200
Outras despesas operacionais		(152)	(56)
Resultado operacional		(1.846)	(2.575)
Resultado não operacional		(7)	6
Resultado antes da tributação		(1.853)	(2.569)
Imposto de renda e contribuição social	12a	685	1.012
Provisão para imposto de renda		(254)	(46)
Provisão para contribuição social		(163)	(35)
Ativo fiscal diferido		1.102	1.093
Prejuízo dos semestres		(1.168)	(1.557)
Prejuízo por lote de mil ações - R\$		(19,47)	(25,95)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração dos resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Prejuízo dos semestres	(1.168)	(1.557)
Variação no valor de mercado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	<u>7</u>	<u>555</u>
Títulos e valores mobiliários	7	555
Efeito fiscal	<u>(3)</u>	<u>(222)</u>
Resultado abrangente dos semestres	<u>(1.164)</u>	<u>(1.224)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	60.000	310	5.505	(344)	65.471
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	333	333
Prejuízo do semestre	-	-	-	(1.557)	(1.557)
Saldos em 30 de junho de 2025	60.000	310	5.505	(11)	64.247

	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Legal	Estatutárias		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	60.000	310	3.964	(24)	64.250
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	4	4
Prejuízo do semestre	-	-	-	(1.168)	(1.168)
Saldos em 30 de junho de 2026	60.000	310	3.964	(20)	63.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Atividades operacionais		
Prejuízo dos semestres	(1.168)	(1.557)
Ajustes ao prejuízo	(575)	(908)
Imposto de renda e contribuição social	(685)	(1.012)
Depreciação e amortização	103	104
Perda na baixa de intangível	7	-
(Aumento)/redução nas variações em ativos	67	(4.554)
Títulos e valores mobiliários	(848)	(4.684)
Negociação e intermediação de valores	(64)	442
Redução em outros ativos	979	(312)
(Redução)/aumento nas variações em passivos	1.417	1.153
Outros passivos	1.747	1.296
Imposto de renda e contribuição social pagos	(330)	(143)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais	(259)	(5.866)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(156)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento	(156)	-
(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	(415)	(5.866)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos no início do semestre	52.545	15.008
Saldos no final do semestre	52.130	9.142
(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	(415)	(5.866)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto Operacional

A Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo - Brasil, tem como objetivo principal complementar as atividades do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, através da intermediação das operações de ações realizadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, para clientes institucionais, oferecendo a eles uma estrutura integral e "end to end" ("de ponta a ponta") em linha com as legislações vigentes.

A Corretora é subsidiária integral do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Grupo Scotiabank Brasil").

A Corretora mantém estrutura de governança corporativa integrada ao Banco e é controlada pelo *The Bank of Nova Scotia* ("BNS"), com sede no Canadá.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicáveis.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 24 de agosto de 2026.

As notas explicativas às demonstrações financeiras referem-se aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 para contas patrimoniais e semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 para contas de resultado.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

As demonstrações financeiras são elaboradas e divulgadas de acordo com os critérios gerais e procedimentos estabelecidos na Resolução BCB nº2.

3 Descrição das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Corretora.

b) Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades (em moeda nacional e em moedas estrangeiras) e aplicações interfinanceiras de liquidez de prazo igual ou inferior a 90 dias, sujeitas a risco irrelevante de mudanças em seus valores justos e utilizadas pelo Banco no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os instrumentos financeiros da Corretora estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução BCB nº 352, e são classificados nas categorias custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, com base nos modelos de negócio estabelecidos e no resultado do teste de SPPJ, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

(I) Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução BCB nº 352, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou
- Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, a Corretora considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros (“Teste de SPPJ”)

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPJ.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(III) Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado (“CA”)

Um ativo financeiro, desde que não classificado na categoria valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(IV) Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

(V) Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (“VJR”)

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(VI) Passivos financeiros

Conforme previsto no artigo 9º da Resolução BCB nº 352, a Corretora deve classificar os passivos financeiros na categoria custo amortizado, exceto nos casos seguintes, entre outros eventualmente possíveis:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo por meio do resultado; e

Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo por meio do resultado.

e) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da mensuração.

A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os

instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. A Corretora utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Instituição, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, a Corretora utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

f) Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzido quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável até a data do balanço.

g) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) incorridos.

h) Permanente

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução BCB nº 6, os novos ativos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;

- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução BCB nº 7, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução BCB nº 120 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, os ativos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não foram identificadas perdas por *impairment*.

j) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025, a Corretora possuía ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 15% para a contribuição social.

Com base na Resolução BCB nº 15, de 17 de Setembro de 2020, as projeções de curto e médio prazo preparadas pela Corretora, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos.

k) PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

l) Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis da Corretora participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. A Corretora contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução BCB nº 8 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 16).

m) Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais a Corretora se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução BCB nº 59, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, no qual a Corretora como patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

n) Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviço são contabilizadas de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente. Este pronunciamento foi aprovado pelo BCB através da Resolução BCB nº 120.

São reconhecidas, no resultado do período, pelos valores acordados junto aos clientes, à medida que os serviços são prestados e as obrigações de desempenho são cumpridas.

o) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu artigo 34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

- i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados como não recorrentes estão evidenciados na nota 23.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	30	126
Moeda nacional	30	126
Aplicações interfinanceiras de liquidez	52.100	52.419
Aplicações em operações compromissadas	52.100	52.419
Total	52.130	52.545

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Mensurados ao custo amortizado

	30/06/2026		31/12/2025
	Até 3 meses	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas			
Posição bancada	52.100	52.100	52.419
LTN	52.100	52.100	52.419
Total	52.100	52.100	52.419

6 Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

	30/06/2026			31/12/2025	
	Sem vencimento	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado
Vinculados à prestação de garantias (i)					
Cotas de fundo de investimento	13.086	13.086	13.086	12.239	12.239
Total	13.086	13.086	13.086	12.239	12.239

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	30/06/2026			31/12/2025	
	Sem vencimento	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado
Livres					
Ações	79	79	111	72	111
Total	79	79	111	72	111

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações de compra e venda de ações.

As cotas de fundo de investimento e as ações, encontram-se custodiadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

7 Gerenciamento de Riscos

Administração de Risco Operacional

A Corretora está inserida no ambiente de controles internos do Grupo Scotiabank Brasil, que possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro da organização. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Enterprise Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Grupo.

A estrutura de risco operacional também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Enterprise Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Grupo Scotiabank Brasil.

Administração de Riscos de Mercado e Liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de riscos são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e da casa matriz, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade.

A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Grupo o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Grupo apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958.

Administração de Risco de Crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 4.966, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Grupo possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Grupo, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Grupo Scotiabank Brasil e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Grupo, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de

crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito da instituição.

Gerenciamento de capital

O Grupo Scotiabank Brasil está empenhado em manter uma sólida base de capital com o intuito de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Grupo, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Grupo visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios de gerenciamento de capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Grupo. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço:

<http://www.br.scotiabank.com>.

Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.557 e BCB nº 111, as operações são divididas entre as Carteiras de Negociação e bancária.

A carteira de negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas

intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado.

Na carteira bancária estão incluídas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Grupo, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação e os instrumentos da carteira de tesouraria.

A fim de avaliar os efeitos no resultado do Conglomerado diante de eventuais cenários, o Grupo realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

8 Negociação e Intermediação de Valores

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Mensurados ao custo amortizado		
Ativo circulante		
Caixas de registro e liquidação	-	30.429
Devedores conta liquidações pendentes	109.159	5.432
Total	<u>109.159</u>	<u>35.861</u>
Passivo circulante		
Caixas de registro e liquidação	47.512	-
Credores conta liquidações pendentes	61.548	35.825
Total	<u>109.060</u>	<u>35.825</u>

9 Outros Ativos

a. Financeiros

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Mensurados ao custo amortizado		
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	173	164
Total	<u>173</u>	<u>164</u>

b. Não financeiros

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo circulante		
Impostos e contribuições a compensar	465	1.321
Antecipação de IRPJ e CSLL	329	465
Adiantamentos e antecipações salariais	292	-
Despesas antecipadas	161	93
Outros	-	26
Total	<u>1.247</u>	<u>1.905</u>

10 Outros Passivos

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Passivo circulante		
Provisão para despesas de pessoal	4.130	1.760
Impostos e contribuições sobre lucros	413	-
Impostos e contribuições a recolher	387	2.426
Provisão para outras despesas administrativas	231	118
Subtotal	<u>5.161</u>	<u>4.304</u>

Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	1.521	218
Subtotal	1.521	218
Total	6.682	4.522

11 Patrimônio Líquido

O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 60.000 está representado por 60.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

a. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente.

b. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme previsto no estatuto social da Corretora, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

12 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	30/06/2026		30/06/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após participações nos lucros	(1.853)	(1.853)	(2.569)	(2.569)
Adições (exclusões) temporárias	3.207	3.207	2.822	2.822
Provisões trabalhistas indedutíveis	3.235	3.235	2.768	2.768
Outras	(28)	(28)	54	54
Adições (exclusões) permanentes	184	184	74	74
Base tributável	1.538	1.538	327	327
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	(462)	(462)	(98)	(98)
Base tributável após a compensação	1.076	1.076	229	229
Alíquotas	25%	15%	25%	15%
Total IRPJ e CSLL - valores correntes antes dos incentivos fiscais	(258)	(162)	(45)	(34)
Incentivos fiscais	6	-	1	-
Total IRPJ e CSLL - valores correntes	(252)	(162)	(44)	(34)
Créditos tributários	689	413	683	410
Passivo fiscal diferido	(2)	(1)	(2)	(1)
Total	435	250	637	375

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização /Reversão	Saldo em 30/06/2026
Créditos tributários				
Refletido no resultado	1.662	1.304	(202)	2.764
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.119	-	(185)	934
Provisões indedutíveis	543	1.304	(17)	1.830
Refletido no patrimônio líquido	16	2	(5)	13
Ajuste a valor de mercado de ações	16	2	(5)	13
Total	1.678	1.306	(207)	2.777

	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização /Reversão	Saldo em 30/06/2026
Passivo fiscal diferido				
Refletido no resultado	(15)	(3)	-	(18)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(15)	(3)	-	(18)
Total	(15)	(3)	-	(18)

c. Previsão da realização dos créditos tributários

Prazo de realização	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal e base negativa	Total
1º ano	1.393	-	1.393
2º ano	221	934	1.155
3º ano	229	-	229
Total	1.843	934	2.777
Valor presente (i)	1.574	748	2.322

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

13 Limites de Basileia e Limites Operacionais

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil ("Conglomerado"), formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

Em 30 de junho de 2026, o índice de Basileia amplo do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação vigente, é de 28,16% (30,34% em 31/12/2025), sendo superior ao índice mínimo exigido pela regulamentação do BACEN.

14 Passivos Contingentes

A Corretora não é parte de processos ou discussões judiciais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

15 Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 2, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo/(passivo)		Receitas/(despesas)	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Disponibilidades	30	126	-	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	30	126	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	52.100	52.419	3.456	732
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	52.100	52.419	3.456	732
Valores a receber/(pagar) sociedades ligadas/ receitas/(despesas) de prestação de serviços	-	-	(193)	(182)
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	-	(186)	(177)
Scotia Global Business Services (Colômbia) (Parte Relacionada)	-	-	(7)	(5)
Captações no mercado aberto	-	-	(3)	-
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	-	(3)	-
Outras receitas operacionais	-	-	43	48
Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (Controlador)	-	-	43	48

16 Pagamento Baseado em Ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto, no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento da Corretora com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho da Corretora. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através do plano RSU.

Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 30 de junho de 2026, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 1.067 (R\$ 440 em 31/12/2025) e a quantidade total de ações devidas é de 2.568 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 445,01 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 627 (R\$ 190 em 30/06/2025).

	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo		Saldo	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
RSU				
Preço da ação		445,01 ⁽¹⁾		385,30
Devido	2.568	1.143	1.581	609
Provisionado	2.397	1.067	1.142	440
A provisionar	171	76	439	169

	A pagar					
	31/12/2026		31/12/2027		31/12/2028	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
RSU						
Preço da ação		445,01 ⁽¹⁾		445,01 ⁽¹⁾		445,01 ⁽¹⁾
Devido	589	262	1.070	476	909	405
Provisionado	558	248	930	414	909	405
A provisionar	31	14	140	62		

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,61 reais por dólar canadense.

17 Benefícios a Empregados Pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, a Corretora oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no semestre findo em 30 de junho de 2026, é de R\$ 221 (R\$ 154 em 30/06/2025).

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica.

A Corretora não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

18 Receitas de Prestação de Serviços

No semestre findo em 30 de junho de 2026, são compostas pelas rendas de corretagens e operações em bolsa, assim como rendas de comissão de colocação de títulos no montante total de R\$ 7.442 (R\$ 6.472 em 30/06/2025).

19 Despesas de Pessoal

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Proventos	6.290	5.799
Encargos sociais	2.355	2.096
Benefícios	1.021	1.003
Outros	92	472
Total	<u><u>9.758</u></u>	<u><u>9.370</u></u>

20 Outras Despesas Administrativas

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Processamento de dados	1.346	1.389
Aluguéis	313	256
Serviços do sistema financeiro	232	224
Amortização/depreciação	103	104
Comunicações	91	88
Serviços técnicos especializados	148	101
Água, energia e gás	38	39
Viagens	25	70
Publicação	12	24
Outras	522	376
Total	<u><u>2.830</u></u>	<u><u>2.671</u></u>

21 Despesas Tributárias

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
COFINS	471	407
ISS	373	324
PIS	76	66
Impostos, taxas e contribuições	12	12
Total	<u><u>932</u></u>	<u><u>809</u></u>

22 Hierarquia de Valor Justo

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 6) estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo.

23 Resultado Recorrente e Não Recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2026 e 2025, o resultado da Corretora era integralmente recorrente.

DIRETORIA		CONTADOR
Paulo André Campos Bernardo	Jaques Mester	Roberto Shoji Haga
Rodrigo Almeida Sergio	Fabio Tirolli de Sousa	CRC 1SP242224/O-6
Luciana Chi		